



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 371/2021

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria de Logística e Transportes

**UNIDADE:** Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP

**ASSUNTO :** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA :** Solicitação de planilha em formato aberto (CSV) com dados referentes à quantidade de servidores deste órgão (incluindo todos os tipos de vínculo, autarquia, empresa, fundação etc.) mortos em decorrência da Covid-19 entre março de 2020 e junho de 2021. Órgão em processo de extinção. Ausência de resposta. Provimento recursal.

**DECISÃO OGE/LAI nº 371/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo - DAESP, conforme consta do protocolo SIC em epígrafe, para acesso a planilha em formato aberto (CSV) com dados referentes à quantidade de servidores deste órgão (incluindo todos os tipos de vínculo, autarquia, empresa, fundação etc.) mortos em decorrência da Covid-19 entre março de 2020 e junho de 2021.
2. O silêncio do órgão motivou o apelo cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015.
3. A Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à informação - LAI, regulamentada no âmbito do Estado de São Paulo pelo Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, veio dar concretude ao direito à informação previsto no artigo 5º, XXXIII da Constituição Federal de 1988.
4. Deve-se consignar que tal direito se reflete em um dever positivo da administração pública, que consiste não apenas em receber as manifestações de cidadãos, mas também em respondê-las, ainda que para afirmar, de modo fundamentado, eventual impossibilidade do acesso às informações pleiteadas ou informar que não tem competência. Nesse sentido, pode-se inferir que o silêncio do órgão público equivale a uma resposta negativa, e imotivada, à demanda efetuada.
5. No caso em questão, observa-se que o DAESP encontra-se em processo de extinção, nos termos da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020 e do Decreto nº 65.594, de 25 de março de 2021.

Classif. documental

006.03.02.001

Assinado com senha por ANTONIO CARLOS SANTA IZABEL - 08/09/2021 às 16:04:53.

SEGOVDES202129206A

SIGA

**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado



6. Constatada a falta de atendimento da demanda até o presente momento e a ausência de qualquer justificativa para afastar a regra geral da publicidade, caso existentes os dados solicitados, **conheço do recurso**, e no mérito, **dou-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput, da LAI e no artigo 20, incisos I e IV, do Decreto nº 58.052/2012, devendo o DAESP, adotar as providências necessárias para dar cumprimento às disposições da referida Lei federal nº 12.527/2011 e do aludido Decreto.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 08 de setembro de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel  
Ouvidor Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado